



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEGUP)
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ (SUSIPE)

CONCURSO PÚBLICO C - 199 - EDITAL 001/2017

NÍVEL MÉDIO - MANHÃ

AGENTE PRISIONAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

COMPOSIÇÃO DO CADERNO:

Prova Discursiva	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50



ATENÇÃO

- Confira, na sua Folha de Respostas, seu nome, documento e o número de sua inscrição, assinando-a no lugar indicado;
- Confira, no caderno de questões, se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu e se há falhas de impressão e numeração, preenchendo seu nome e número de inscrição.



TEMPO

- O prazo de realização da prova é de 4 horas, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Discursiva;
- A liberação para deixar o local de aplicação e utilizar o sanitário ocorrerá após 60 minutos do início da prova, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões, nem qualquer tipo de anotação de suas respostas;
- Os 3 últimos candidatos deverão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.



FOLHA DE RESPOSTAS

- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva, que devem ser devolvidas ao fiscal ao término da prova;
- O candidato deve preencher e assinar, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta, sua Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
- O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado da seguinte maneira: ●

PROVA 01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE A SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!



IMPORTANTE

- Não é permitido o uso ou a emissão de ruído de qualquer equipamento eletrônico durante a realização da prova, ainda que esse equipamento esteja devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences;
- O NÃO cumprimento de qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá em eliminação.

www

- De acordo com o edital, os cadernos de questões poderão ser levados somente pelos candidatos que permanecerem em sala até o final do tempo de aplicação da prova;
- Os cadernos de questões serão divulgados, no site www.aocp.com.br, juntamente com os gabaritos, no dia posterior à aplicação da prova.

AOCP
CONCURSOS PÚBLICOS

INSTRUÇÕES - PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

- a) atendimento ao tema proposto;
- b) clareza de argumentação/senso crítico;
- c) seletividade de informação;
- d) criatividade/originalidade;
- e) atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa;
- f) coerência (progressão, articulação, informatividade, não contradição);
- g) coesão referencial e sequencial;
- h) atendimento à proposta e ao gênero ou tipologia textual solicitada.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema no gênero ou tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) desenvolver o texto com menos de 15 (quinze) linhas;
- f) não apresentar sua Dissertação, na folha de Versão Definitiva, ou entregá-la em branco, ou, ainda, desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- g) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

• O candidato disporá de, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar sua Dissertação, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas.

• A Dissertação deverá ser manuscrita, na folha de Versão Definitiva, pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

TEXTOS DE APOIO (MOTIVADORES)

CYBERBULLYING: A VIOLÊNCIA VIRTUAL

Todo mundo que convive com crianças e jovens sabe como eles são capazes de praticar pequenas e grandes perversões. Debocham uns dos outros, criam os apelidos mais estranhos, reparam nas mínimas “imperfeições” - e não perdoam nada. Na escola, isso é bastante comum. Implicância, discriminação e agressões verbais e físicas são muito mais frequentes do que o desejado. Esse comportamento não é novo, mas a maneira como pesquisadores, médicos e professores o encaram vem mudando.

Há cerca de 15 anos, essas provocações passaram a ser vistas como uma forma de violência e ganharam nome: *bullying* (palavra do inglês que pode ser traduzida como “intimidar” ou “amedrontar”). Sua principal característica é que a agressão (física, moral ou material) é sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica. Mais recentemente, a tecnologia deu nova cara ao problema. E-mails ameaçadores, mensagens negativas em sites de relacionamento e torpedos com fotos e textos constrangedores para a vítima foram batizados de *cyberbullying*. Aqui, no Brasil, vem aumentando rapidamente o número de casos de violência desse tipo.

Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1530/cyberbullying-a-violencia-virtual>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CIBERBULLYING: É PRECISO IDENTIFICAR E TRATAR COM SERIEDADE O ASSUNTO NA ESCOLA E NA FAMÍLIA

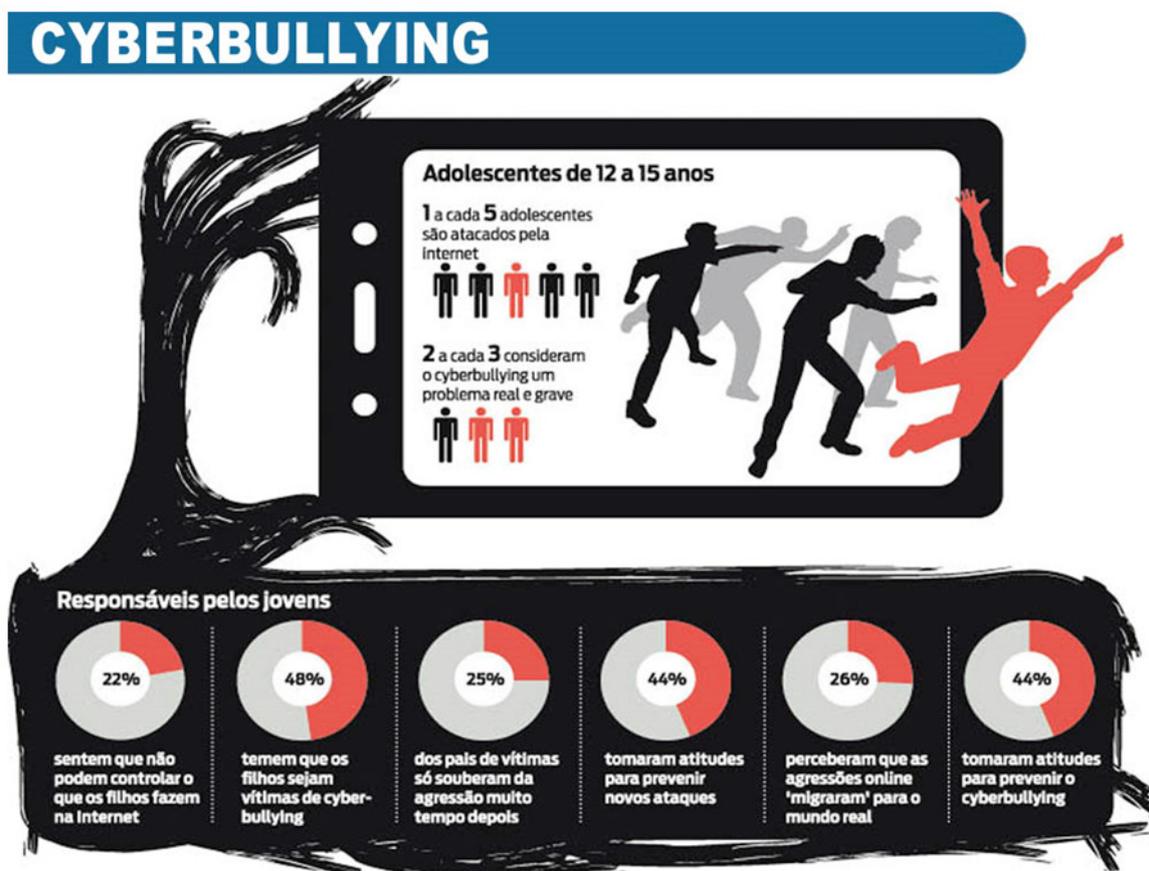
O Cyberbullying é a modalidade virtual do bullying, que é identificado pelas intimidações repetitivas entre crianças e adolescentes, mas com características próprias, pois tem um efeito multiplicador e de grandes proporções quando acontece na web. Nessa modalidade de bullying, as ferramentas tecnológicas tais como celulares e câmeras fotográficas, e os ambientes como a Internet e as redes sociais, servem para produzir, veicular e disseminar conteúdos de insulto, humilhação e violência psicológica que provocam intimidação e constrangimento das crianças e adolescentes envolvidos.

É um problema mundial que, muitas vezes, é subestimado pelos adultos por ser encarado como uma brincadeira de crianças. Cyberbullying não é brincadeira. Só existe brincadeira quando todos os envolvidos se divertem. Quando há uma relação desigual de poder, onde uns se divertem e outros sofrem e são maltratados, então é preciso que os adultos tomem uma providência.

[...]

Após identificar a situação, é fundamental que a vítima saiba que ela não é culpada e receba apoio emocional dos familiares, educadores e amigos. Geralmente a vítima é alguém que pode ser vulnerável por apresentar algo que destoa do grupo, mas não há justificativa, nem motivações específicas para a escolha. Porém, um traço de personalidade que pode tornar uma criança alvo pode ser não conseguir fazer frente às agressões sofridas, por isso elas precisam de apoio da escola, família e de profissionais.

Adaptado de: <<http://new.safernet.org.br/content/ciberbullying>>. Acesso em: 27 jan. 2018.



Fonte: Disponível em: <<http://www.osul.com.br/wp-content/uploads/2015/06/cyberbullyingportal.jpg>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

COMANDO

1. A partir da leitura dos textos de apoio (motivadores) e com base em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo, em atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa, sobre o tema **“Ciberbullying: a violência praticada na internet”**. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Vida de Acompanhante

Ana teve que fazer uma pequena intervenção cirúrgica e me convidou para ser seu acompanhante na casa de saúde. Bem, normalmente evito passar até na porta de um hospital (atravesso sempre para o outro lado da rua, receoso de apagar diante de um bafo mais forte de éter). Aquela situação, porém, não me permitia simplesmente bater em retirada. Mesmo assim, o medo falou mais alto e bem que tentei cair fora.

- Escuta, Ana, quero lhe dizer que me sinto profundamente honrado com o convite que você me faz para ser seu partner no hospital mas... Será que vai pegar bem? Será que o pessoal do hospital não vai reparar de você ter o próprio marido como acompanhante? Você sabe como é esse pessoal de hospital, fala demais. Vão dizer que você é uma mulher absorvente, ciumenta, que não larga o marido nem para ser operada.

- Se você não quiser ir - disse ela muito segura - eu chamo outra pessoa.

- Não, Ana. Que é isso? Eu vou, claro. Tamos aí, firme e forte. O problema é que não tenho muita experiência. Talvez pudéssemos chamar outra pessoa para ir com a gente. Na minha vida, só entrei como acompanhante em baile de formatura. O convite do hospital dá direito a levar quantos acompanhantes?

- Um. Um só. E vai ser você. Ou será que você está com medo?

- Quem, eu? - dei aquela do machão. - Você não me conhece... Sou uma fera braba dentro de um hospital.

- Tenho a impressão de que você está com medo.

Não adianta fingir, pensei. Resolvi me entregar:

- Morrendo, Ana. Tô morrendo de medo. Não sei se vou agüentar. Tenho pavor de entrar em hospital, aquele clima, aquele cheiro... Veja, já

estou suando só de pensar.

- Fique tranqüilo - disse ela me afagando - não precisa se preocupar. Não vou deixá-lo sozinho.

- Você jura? Mas e quando você estiver na sala de cirurgia, quem vai tomar conta de mim?

- Fique calmo, bobinho. Deixo minha irmã tomando conta de você. Eu volto logo. Qualquer coisa, estarei ao seu lado.

A conversa foi muito reconfortante. Ana procurou me dar força e, depois de ouvi-la durante três horas, senti que já estava psicologicamente preparado para enfrentar a situação de acompanhante. [...]

NOVAES, Carlos Eduardo. Vida de acompanhante. In: A cadeira do dentista. Coleção Para gostar de ler. 8.ed.. São Paulo: Ática, 2005, p. 26-27.

As questões de 1 a 7 referem-se ao TEXTO I.

1. Releia o seguinte fragmento, retirado do 1º parágrafo do texto.

“Bem, normalmente evito passar até na porta de um hospital (atravesso sempre para o outro lado da rua, receoso de apagar diante de um bafo mais forte de éter).”

A ideia presente nesse fragmento entra em contradição com qual dos trechos a seguir?

- (A) “[...] e me convidou para ser seu acompanhante na casa de saúde.”
- (B) “Talvez pudéssemos chamar outra pessoa para ir com a gente.”
- (C) “Você não me conhece... Sou uma fera braba dentro de um hospital.”
- (D) “Tenho a impressão de que você está com medo.”
- (E) “Fique calmo, bobinho. Deixo minha irmã tomando conta de você.”

2. No trecho “[...] diante de um **bafo** mais forte de éter.”, a palavra em destaque **significa**
- (A) alento.
(B) cheiro.
(C) mau hálito.
(D) respiração.
(E) sopro.
3. Considerando o texto, no trecho “[...] depois de ouvi-la durante três horas [...]”, o pronome em destaque refere-se ao termo
- (A) irmã.
(B) coisa.
(C) conversa.
(D) Ana.
(E) situação.
4. A respeito das personagens principais do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.
- I. A mulher decide conseguir ajuda para que o marido perca o receio de acompanhá-la.
II. A mulher revela ter pouca paciência com o comportamento do homem.
III. O homem concorda em acompanhar a esposa para que ela possa passar por uma cirurgia.
IV. A mulher era muito ciumenta, por isso queria a companhia do marido.
V. O homem consegue disfarçar o medo que tem de entrar em hospitais.
- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas II e V.
(E) Apenas III e V.
5. No excerto “Talvez **podéssemos** chamar outra pessoa para ir com a gente.”, a forma verbal em destaque está flexionada
- (A) na 1ª pessoa do plural do Pretérito Perfeito do Indicativo, imprimindo uma ideia de ação realizada e concluída.
(B) na 1ª pessoa do plural do Pretérito Imperfeito do Indicativo, imprimindo uma ideia de fato contínuo no passado.
(C) na 1ª pessoa do Pretérito Imperfeito do Subjuntivo, imprimindo uma ideia de desejo a ser realizado.

- (D) na 1ª pessoa do Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo, imprimindo uma ideia de fato ocorrido antes de outro.
(E) na 1ª pessoa do plural do Futuro do Subjuntivo, imprimindo uma ideia de possibilidade a ser concretizada.
6. No excerto “- **Se você não quiser ir** – disse ela muito segura – eu chamo outra pessoa.”, em relação à oração principal, a oração em destaque estabelece uma circunstância de
- (A) causa.
(B) comparação.
(C) concessão.
(D) condição.
(E) consequência.
7. Em “Aquela situação, porém, não **me** permitia simplesmente bater em retirada.”, com relação à colocação pronominal, constata-se que o pronome em destaque está em posição de
- (A) mesóclise, pois encaixa-se em estrutura com verbo no futuro.
(B) próclise, pois encontra-se em uma oração subordinada.
(C) mesóclise, pois está entre um advérbio e um verbo.
(D) ênclise, pois o precede um advérbio de negação.
(E) próclise, pois encontra-se depois do advérbio de negação.

TEXTO II

IBGE: 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos não frequentam escolas no país

21/12/2017 11h43 - Rio de Janeiro

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2016 divulgada hoje (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional no ano passado.

As razões mais frequentes para não estarem estudando foram por motivo de trabalho, seja porque trabalhava, estava procurando trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve (41%); não tinha interesse em continuar os estudos (19,7%); e por ter

que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais (12,8%).

Os motivos relacionados ao mercado de trabalho para não ir à escola foram mais frequentes entre os homens (50,5%). Além disso, entre eles, 24,1% disseram não ter interesse, e 8,2% já tinham concluído o nível de estudo que desejavam.

Para as mulheres, o motivo relacionado a trabalho para não estudar também foi o mais frequente (30,5%); 26,1% delas alegaram ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais, proporção 30 vezes superior à observada entre os homens; e 14,9% não tinham interesse.

No Brasil, em 2016, havia 51,6 milhões de pessoas de 14 a 29 anos de idade. Desse total, 13,3% estavam ocupadas e estudavam; 20,5% não trabalhavam e não estudavam; 32,7% não trabalhavam, mas estudavam e 33,4% estavam ocupadas e não estudavam. [...]

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos não frequentam escolas no país. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-12/ibge-248-milhoes-das-pessoas-de-14-29-anos-nao-frequentam-escolas-no-pais>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

As questões de 8 a 10 referem-se ao TEXTO II.

8. Com relação à forma como o texto se estrutura, conclui-se que ele é, predominantemente,

- (A) argumentativo.
- (B) dialogal.
- (C) expositivo.
- (D) injuntivo.
- (E) narrativo.

9. De acordo com o texto, entre as mulheres, qual é a razão mais frequente para não frequentar a escola?

- (A) Trabalho.
- (B) Cuidar de afazeres domésticos.
- (C) Interesse.
- (D) Problema familiares.
- (E) Idade.

10. Em “Além disso, entre eles, 24,1% disseram não ter interesse, e 8,2% já tinham concluído o nível de estudo que desejavam.”, a expressão em destaque imprime ao excerto uma ideia de

- (A) oposição.
- (B) explicação.
- (C) condição.
- (D) alternância.
- (E) acréscimo.

LEGISLAÇÃO

11. Assinale a alternativa correta de acordo com o que preconiza a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

- (A) Os Municípios com população de até 20.000 (vinte mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet das informações de interesse coletivo, inclusive as informações relativas à execução orçamentária e financeira.
- (B) As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista não se submetem à Lei de Acesso à Informação por possuírem personalidade jurídica de direito privado.
- (C) O acesso às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos sempre será irrestrito, mesmo que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) Não se aplicam, em nenhuma hipótese, as disposições da Lei de Acesso à Informação às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento.
- (E) Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

12. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, quando há a inviabilidade de competição em uma licitação, a mesma será

- (A) realizada obrigatoriamente na modalidade convite.
- (B) realizada obrigatoriamente na modalidade concorrência.
- (C) considerada inexigível.
- (D) realizada obrigatoriamente na modalidade tomada de preços.
- (E) considerada dispensável.

13. Com base no que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- (A) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, exceto quanto à pena de ressarcimento.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza, salvo se comprovadamente não houver causado prejuízo ao erário.
- (D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (E) A participação do Ministério Público em Processo Judicial que vise à apuração do cometimento de improbidade administrativa não é obrigatória.

14. Tomando por base a Lei Estadual nº 5.810/1994, que disciplina o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Remoção.
2. Transferência.
3. Promoção.
4. Reversão.

- () É a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- () É a movimentação do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para outro cargo de igual denominação e forma de provimento, no mesmo Poder e no mesmo órgão em que é lotado.
- () É o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

() É a movimentação do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para outro cargo de igual denominação e provimento, de outro órgão, mas no mesmo Poder.

- (A) 3 – 4 – 2 – 1.
- (B) 1 – 3 – 4 – 2.
- (C) 1 – 4 – 2 – 3.
- (D) 2 – 1 – 4 – 3.
- (E) 3 – 1 – 4 – 2.

15. Assinale a alternativa correta em relação ao que dispõe a Lei nº 9.784/1999 acerca do processo administrativo.

- (A) O processo administrativo pode iniciar-se apenas a pedido de interessado.
- (B) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o cônjuge ou companheiro do interessado, salvo se houver expressa concordância deste.
- (C) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- (D) São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- (E) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

16. Tendo como base o que disciplina a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) acerca dos estabelecimentos penais, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Colônia Agrícola, Industrial ou Similar.
2. Casa do Albergado.
3. Centro de Observação.
4. Cadeia Pública.

- () Destina-se ao recolhimento de presos provisórios.
- () Destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.
- () Destina-se à realização dos exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.

() Destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

- (A) 4 – 1 – 3 – 2.
- (B) 4 – 2 – 3 – 1.
- (C) 2 – 1 – 3 – 4.
- (D) 1 – 4 – 2 – 3.
- (E) 3 – 2 – 4 – 2.

17. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, constitui direito individual ou coletivo, EXCETO

- (A) a liberdade ao cidadão de manifestar seu pensamento, sendo inclusive lhe garantido o direito ao anonimato.
- (B) a prestação, nos termos da lei, de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (C) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (D) a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

18. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 8.322/2015, são funções básicas da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará:

- () Implementar e executar a Política Penitenciária no Estado, estabelecendo suas diretrizes.
- () Cumprir, no âmbito de sua competência, a Lei Federal nº 7.210/1984, e outros normativos que tratem de execução penal.
- () Manter e administrar, por meio de seus estabelecimentos penais, a custódia de presos condenados e submetidos à medida de segurança detentiva, em consonância com o disposto em sentença ou decisão criminal, sendo a custódia de presos provisórios de responsabilidade do Ministério Público Estadual por meio das Delegacias de Polícia Civil.

() Normatizar os procedimentos administrativos e operacionais das unidades prisionais do Sistema Penitenciário Estadual, padronizando as rotinas e processos de trabalho.

- (A) F – F – V – V.
- (B) F – V – V – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – F – F – V.

19. De acordo com a Constituição Federal de 1988, quais dos seguintes cargos são privativos de brasileiros natos?

- (A) Senador, Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) Oficial das Forças Armadas, Deputado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Oficial das Forças Armadas, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado da Defesa.
- (D) Ministros de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Presidente das Assembleias Legislativas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

20. A estrutura básica da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE – é instituída pela Lei Estadual nº 8.322/2015, existindo dentro dessa estrutura diversas Diretorias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca da competência dessas Diretorias.

- (A) À Diretoria de Execução Criminal, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete planejar, coordenar, desenvolver, promover, supervisionar, monitorar e avaliar todas as atividades relacionadas à inclusão, classificação, custódia, remoção de pessoa presa ou internada nas unidades prisionais e à estratificação de dados da população carcerária, com observância da legislação vigente e dos princípios e valores referentes à dignidade da pessoa humana
- (B) À Diretoria de Administração de Recursos, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete planejar, elaborar, controlar, supervisionar e promover as licitações em geral, bem como a gestão dos contratos, convênios, termos de parceria, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres.
- (C) À Diretoria de Administração de Recursos, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete planejar, desenvolver, implementar, coordenar, acompanhar, executar, supervisionar, promover e avaliar as atividades de gestão de pessoas, assistência e valorização do servidor da Autarquia.
- (D) À Diretoria de Reinserção Social, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete planejar, coordenar, supervisionar, executar, monitorar, promover, fomentar e avaliar as atividades de assistência ao egresso e família, dar educação prisional e laboral à pessoa presa e internada do Sistema Penitenciário.
- (E) À Diretoria de Administração Penitenciária, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete planejar, elaborar, supervisionar, analisar, executar, monitorar, acompanhar e avaliar as atividades voltadas para a gestão dos recursos materiais e patrimoniais, transporte, serviços gerais, documentação, arquivo, protocolo, engenharia e arquitetura, bem como a manutenção das instalações físicas da Autarquia, incluindo as unidades desconcentradas.

21. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.850/2013, considera-se organização criminosa a associação de _____, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

- (A) 4 (quatro) ou mais pessoas
(B) 3 (três) pessoas
(C) 5 (cinco) ou mais pessoas
(D) 2 (duas) pessoas
(E) 5 (cinco) pessoas

22. Um dos benefícios que o colaborador pode obter se fizer a colaboração premiada, delineada na Lei nº 12.850/2013, é a redução da pena privativa de liberdade. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o máximo de redução que pode ser aplicado à pena.

- (A) 1/3 (um terço).
(B) 2/5 (dois quintos).
(C) 1/6 (um sexto).
(D) 2/3 (dois terços).
(E) 1/5 (um quinto).

23. De acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.613/1998, a pena base para os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores é de

- (A) reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.
(B) reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.
(C) detenção, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.
(D) reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, ou multa
(E) detenção, de 3 (três) a 10 (dez) anos, ou multa.

24. Um dos efeitos previstos na Lei nº 9.613/1998, para a condenação por crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, é a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração

- ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º. Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, o prazo máximo para essa interdição.
- (A) 5 (cinco) anos.
 - (B) O triplo do prazo da pena privativa de liberdade.
 - (C) A metade do prazo da pena privativa de liberdade.
 - (D) 2 (dois) anos.
 - (E) O dobro do prazo da pena privativa de liberdade.
- 25. De acordo com a Lei nº 4.898/1965, quando o abuso de autoridade for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, pelo prazo de**
- (A) dois a seis anos.
 - (B) três a oito anos.
 - (C) um a cinco anos.
 - (D) seis meses a seis anos.
 - (E) um a seis anos.
- 26. De acordo com a Lei nº 9.455/1997, se do crime de tortura resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de**
- (A) quatro a dez anos.
 - (B) seis a doze anos.
 - (C) um a quatro anos.
 - (D) dois a oito anos.
 - (E) seis a vinte anos.
- 27. De acordo com a Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT, as pessoas transexuais masculinas, no cumprimento de suas penas, devem ser encaminhadas para**
- (A) unidades prisionais masculinas.
 - (B) unidades prisionais femininas.
 - (C) unidades prisionais masculinas ou femininas, podendo optar por uma das duas.
 - (D) unidades prisionais femininas ou masculinas, a critério do juiz.
 - (E) unidades prisionais específicas para apenados LGBT.
- 28. De acordo com a Portaria nº 1242/2009-GAB/SUSIPE, a liberação de visitas íntimas dependerá da expedição prévia de credencial de visitante para pessoa que se declare companheiro(a) ou namorado(a) do preso(a). Assinale a alternativa que aponta corretamente o prazo dessa credencial.**
- (A) 1 (um) ano.
 - (B) 6 (seis) meses.
 - (C) 15 (quinze) dias.
 - (D) 5 (cinco) anos.
 - (E) 2 (dois) anos.
- 29. De acordo com a Lei nº 12.846/2013, no caso de descumprimento do acordo de leniência, anteriormente firmado, a pessoa jurídica fica impedida de celebrar novo acordo. Assinale a alternativa que aponta corretamente por quanto tempo esse impedimento perdurará.**
- (A) 1 (um) ano, contado do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
 - (B) 2 (dois) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
 - (C) 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
 - (D) 5 (cinco) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
 - (E) 10 (dez) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

30. A respeito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.613/1998, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O COAF deverá coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.
- () O Presidente do Conselho será nomeado pelo Ministro de Estado da Fazenda.
- () O COAF terá organização e funcionamento definidos em estatuto aprovado por Decreto Legislativo.
- () O COAF será composto por servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência, designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Previdência Social e da Controladoria-Geral da União, atendendo à indicação dos respectivos Ministros de Estado.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – F – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – V.

31. De acordo com a previsão contida na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que aponta corretamente o número de servidores estáveis que devem compor a comissão para condução do processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

- (A) Ao menos um.
- (B) 2 (dois) ou mais.
- (C) No mínimo, 4 (quatro).

- (D) 3 (três) ou mais.
- (E) Mais de 5 (cinco).

32. O prazo para apresentação de defesa concedido à pessoa jurídica no processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que trata a Lei nº 12.846/2013, é de

- (A) 30 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 90 dias.

33. A Lei nº 12.850/2013 disciplina a possibilidade de agentes de polícia em tarefas de investigação. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO apresenta um dos direitos do agente.

- (A) Recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada.
- (B) Ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- (C) Não ter sua identidade revelada, nem ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação, sem sua prévia autorização verbal.
- (D) Usufruir das medidas de proteção a testemunhas.
- (E) Ter sua identidade alterada.

34. De acordo com a Lei nº 12.850/2013, recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo, constitui crime, com pena base prevista de

- (A) reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
- (B) reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- (C) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- (D) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- (E) reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.

35. Assinale a alternativa que apresenta INCORRETAMENTE uma das circunstâncias que serão levadas em consideração na aplicação das sanções aos atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.846/2013.

- (A) A gravidade da infração.
- (B) A situação econômica do órgão ou entidade pública lesados.
- (C) A consumação ou não da infração.
- (D) A cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações.
- (E) O efeito negativo produzido pela infração.

36. Levando em conta as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 acerca da responsabilização judicial, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A absolvição da pessoa jurídica, na esfera administrativa, afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- () A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.
- () O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.
- () Nas ações de responsabilização judicial, será adotado o rito previsto na Lei nº 4.717/1965.

- (A) F – F – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) F – V – V – F.

37. De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.613/1998, a multa pecuniária aplicável às pessoas referidas no seu art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 da mesma Lei, não poderá ser superior

- (A) ao valor da operação.
- (B) ao lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação.
- (C) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- (D) ao triplo do valor da operação.

- (E) a cinco vezes o valor do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação.

38. De acordo com as disposições contidas na Lei nº 4.898/1965, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () As testemunhas de acusação e defesa deverão ser previamente intimadas.
- () A hora marcada, o Juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.
- () A audiência de instrução e julgamento será sempre pública e realizar-se-á em dia útil, entre nove (09) e dezoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.
- () Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados nesta lei, o juiz poderá aumentá-los, independentemente de motivação, até a metade.

- (A) F – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – F – F – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – F – F – F.

39. Acerca das diretrizes, metas e objetivos da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, previstos na Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Diretriz da Pnampe.
2. Objetivo da Pnampe.
3. Meta da Pnampe.

() Prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos nacionais e internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao tema.

() Criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional sobre o sistema prisional, que contemplem a quantidade de estabelecimentos femininos e mistos que custodiam mulheres, indicando número de mulheres por estabelecimento, regime e quantidade de vagas.

() Fortalecimento da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

() Fomentar a elaboração das políticas estaduais de atenção às mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, com base nesta Portaria.

- (A) 1 – 2 – 1 – 3.
- (B) 2 – 1 – 3 – 2.
- (C) 1 – 1 – 2 – 3.
- (D) 1 – 3 – 1 – 2.
- (E) 3 – 3 – 2 – 1.

40. De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.850/2013, são direitos do colaborador, EXCETO

- (A) usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica.
- (B) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados.
- (C) ser conduzido, em juízo, juntamente com os demais coautores e partícipes.

- (D) cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.
- (E) participar das audiências sem contato visual com os outros acusados.

41. A portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, onde determina que fica instituída no âmbito desse Ministério um Comitê Gestor para fins de monitoramento e avaliação da Pnampe. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca da composição do referido Comitê Gestor da Pnampe.

- (A) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante do Departamento Penitenciário Nacional.
- (B) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de representante titular, um membro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- (C) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
- (D) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante do Ministério da Educação.
- (E) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de representante titular, um membro do Ministério da Saúde.

42. Segundo a portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, a Coordenação do Comitê Gestor da Pnampe será exercida por

- (A) um representante da Comissão Especial do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal, indicado pelo Ministério da Justiça, e um representante da Coordenação do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal, indicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM.
- (B) um representante da Comissão Especial do Projeto Efetivação dos Direitos das

Mulheres no Sistema Penal, indicado pelo Depen, e um representante da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, indicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM.

- (C) um representante do Depen e um representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM, ambos indicados pelo Ministro da Justiça.
- (D) um representante do Ministério da Justiça e um representante do Ministério da Saúde, ambos indicados pelos seus respectivos Ministros.
- (E) um representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e um representante da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, ambos indicados pelo Ministro da Justiça.

43. Segundo dispõe a Lei nº 9.613/1998, que trata dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, o processo e julgamento dos crimes nela previstos

- (A) obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.
- (B) dependem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, salvo as praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos na Legislação específica a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.
- (C) são de Competência da Justiça Estadual.
- (D) independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticadas em outro país, cabendo nesse caso ao Plenário do Supremo Tribunal Federal a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.
- (E) obedecem às disposições relativas ao procedimento especial dos crimes hediondos, da competência do juiz singular.

44. Segundo a Lei nº 9.613/1998, havendo indícios do cometimento de infração penal, poderão ser decretadas medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado. Nesse sentido, a alienação antecipada para preservação de valor de bens sob

construção será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal. Assinale a alternativa correta acerca da referida alienação antecipada.

- (A) O requerimento de alienação deverá conter a relação dos bens que se pretende assegurar, com a descrição breve de cada um deles, resguardando-se as informações sobre quem os detém e lacração do local onde se encontram.
- (B) O juiz determinará a avaliação dos bens, nos autos principais, e intimará o Ministério Público e os advogados de defesa do investigado ou acusado.
- (C) Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por despacho, homologará o valor atribuído aos bens e determinará que sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente presencial, por valor não inferior a 60% (sessenta por cento) da avaliação.
- (D) Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará que sejam alienados, obrigatoriamente em pregão eletrônico, por valor não inferior a 70% (setenta por cento) da avaliação.
- (E) Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

45. A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Nesse sentido, por qual prazo as empresas de transporte devem possibilitar acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens?

- (A) 4 (quatro) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 7 (sete) anos.
- (D) 10 (dez) anos.
- (E) 15 (quinze) anos.

- 46. A Lei nº 12.850/2013 disciplina a atuação de agentes de polícia infiltrados em tarefas de investigação. Nesse sentido, qual é o prazo pelo qual será autorizada a referida infiltração do agente?**
- (A) 1 (um) ano, vedada sua renovação.
(B) 1 (um) ano, autorizada sua renovação.
(C) 6 (seis) meses, podendo o prazo ser renovado.
(D) 2 (dois) anos, vedada sua renovação.
(E) 2 (dois) anos, podendo o prazo ser renovado.
- 47. De acordo com a Lei nº 12.850/2013, que disciplina os crimes relacionados a organizações criminosas, quando o investigado estiver preso, a instrução criminal deverá ser encerrada em prazo razoável, o qual não poderá exceder a**
- (A) 90 dias.
(B) 60 dias.
(C) 120 dias.
(D) 30 dias.
(E) 45 dias.
- 48. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT– Acolhimento LGBT.**
- (A) À pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade, serão garantidos a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.
(B) A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade deverá, no momento da triagem, optar pelo uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, vedada a manutenção de cabelos compridos quando reclusas em estabelecimento penal masculino.
(C) A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à avaliação psicológica.
(D) O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter apenas o nome de registro da pessoa presa, sendo, no entanto, o chamamento pessoal feito obrigatoriamente pelo seu nome social.
(E) A população LGBT não terá direito à visita íntima em razão da ausência de previsão legal que regule a possibilidade da referida visita entre pessoas do mesmo sexo.
- 49. De acordo com o que disciplina a Lei nº 4.898/1965 acerca dos casos de Ação Penal em face de abuso de autoridade, após recebida a denúncia, o Juiz despachará, recebendo-a ou rejeitando-a, no prazo de**
- (A) 5 dias.
(B) 3 dias.
(C) 24 horas.
(D) 36 horas.
(E) 48 horas.
- 50. A Lei nº 12.850/2013 disciplina a possibilidade de colaboração premiada àqueles que tenham colaborado voluntária e efetivamente com a investigação. Assinale a alternativa correta acerca da colaboração premiada.**
- (A) O Ministério Público deverá deixar de oferecer denúncia mesmo se o colaborador for o líder da organização criminosa.
(B) O juiz não poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, devendo obrigatoriamente adequá-la ao caso concreto
(C) Depois de homologado o acordo, o colaborador só poderá ser ouvido pelo membro do Ministério Público ou pelo delegado de polícia responsável pelas investigações mediante prévia autorização judicial e concordância da defesa do colaborador.
(D) Em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração.
(E) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, interrompendo-se o respectivo prazo prescricional.

ATENÇÃO!

Não se ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.